

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2015:** *Aos dez dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, **Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques**, **Eng.º Joaquim Jorge Ferreira**, **Helder Martinho Valente Simões**, **Dra. Ana Maria de Jesus Silva** e **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**.* =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo **Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos**.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador **Helder Simões** que fez a seguinte intervenção: Só uma nota. Em conversa com um promotor de Oliveira de Azeméis, ele queixava-se que existia um défice muito grande de sinalética para o seu estabelecimento, estamos a falar da **Quinta da Dinha**. No desenvolvimento da conversa, percebemos que efetivamente outras unidades hoteleiras, que também se foram instalando em Oliveira de Azeméis ao abrigo dos protocolos com a **ADRIEM**, sofrem um pouco do mesmo problema. Eles, privados, podiam fazer como algumas empresas por aí fazem, comprar umas placas e espalhá-las pelo concelho, mas isso não faz sentido. Penso que terá sido da responsabilidade da autarquia, corrijam-me se não foi, a sinalética relativa ao **Hotel Vale do Caima**, a sinalética standard para o hotel. Fazia todo o sentido a sinalética para outras unidades, estamos a falar da **Quinta da Dinha** mas há mais, que até têm tido bastantes turistas e a principal queixa é mesmo a sinalética. Uma outra questão, Senhor Presidente, obviamente que as denúncias são todas o que são, mas soubemos de uma denúncia sobre a relação entre a Câmara Municipal e o contrato com a empresa **Rede Ambiente**. A denúncia é pública, chegou à Câmara Municipal, chegou a todos os partidos políticos, chegou a alguns de nós a título particular e, portanto, gostava que o Senhor Presidente falasse sobre as relações da Câmara e os pagamentos indevidos feitos, estamos a falar de um email extensíssimo. Esta não é uma denúncia anónima, está identificada e não será difícil perceber e eventualmente confrontar, mas*

*é ali descrito um conjunto de situações que importava analisar e clarificar. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Queria fazer algumas referências positivas de acontecimentos que ocorreram neste início de setembro. Começaria pela 3ª edição do Encontro dos Clubes Seniores do nosso município, realizado no passado dia 03/09 e que é sempre uma jornada de encontro de pessoas seniores que, um pouco por todo o nosso município, se reúnem semanalmente para debaterem e realizarem ações do seu próprio interesse. Fazer uma referência ao Convívio Sénior dos Idosos de Cucujães, no passado dia 04 de setembro, com a eucaristia realizada em Mira e o almoço em Leiria. Fazer referência também a abertura da exposição do Entr' Artes, no passado sábado, na Galeria Tomás Costa, que é uma mostra de tudo o que foi feito nesse domingo de maio e onde estão expostas as obras. Eu costumo dizer que cada ano que passa esta expressão fica mais rica, e com mais dificuldade na escolha, na seleção de uma obra, como é das normas, para a Câmara Municipal. Também dizer que amanhã vamos ter mais uma Infusão de Culturas, uma atividade no âmbito do Centro Local de Apoio à Integração de Emigrantes e quem quiser saber um pouco mais sobre a Lituânia, a sua terra e costumes, poderá participar nesse chá que será realizado na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. Também fazer uma referência, apesar de não ter estado presente, à presença do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa na Biblioteca Municipal, no passado dia 07, no âmbito da atividade dos Rotários "Às quartas com...", desta feita com sala cheia, e com certeza formam uma horas de partilha de conhecimento e enriquecimento pessoal. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira que disse: Duas questões rápidas. Uma delas, e já recorrente, que se prende com as margens do Caima, no sentido de perceber exatamente qual é o papel da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria nesta matéria. Gostaria que o Senhor Presidente nos dissesse quais são essas diligências e o que é que nós vamos fazer, pois os danos são óbvios, os primeiros de natureza ambiental, mas também os turísticos, pois estamos a falar de um cartão-de-visita do concelho. Importa pois refletir e definir um plano de ação. Quero também dizer, já agora, que faço parte de um grupo no facebook do Rio Caima, não sei se o Sr. Presidente conhece e foi lançada uma petição, com subscrição não muito alargada de elementos, mas que acabou por ser enviada para a Agência Nacional de Ambiente. Não sei agora quais são os procedimentos, mas de qualquer maneira é para dar conhecimento dessa pequena iniciativa que esperemos que tenha algum reflexo também. Obviamente que o município não é responsável diretamente por esta situação, mas deve-se empenhar em encontrar uma solução até ao próximo verão. Segunda nota, tem a ver com a subdelegação de competências nos agrupamentos de escolas. Não vamos discutir outra vez essa matéria, mas há alguns aspetos que gostaria de saber se há conhecimento por parte do município que, naturalmente, não vai desresponsabilizar-se por esta área, apesar da subdelegação de competências e que tem a ver com o acompanhamento do processo de atribuição das AEC's. Na altura em que nós estávamos a discutir o Programa Aproximar a Educação, recordo-me que foi dito que em caso algum se iria recorrer a empresas particulares de colocação de docentes e, portanto, de pessoal para fazer o acompanhamento de atividades*

*nas escolas, quer fossem aulas, quer fossem AEC's. Soubemos que pelo menos num agrupamento isso irá acontecer, mas eu gostaria de saber se há conhecimento dessa situação e se não há conhecimento que fosse averiguado se isto é verdade. Posteriormente, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que fez a seguinte intervenção: Gostava de falar sobre a preparação do ano letivo e um conjunto de atividades que estão a ser desenvolvidas. Dar conta ao executivo de que este trabalho já se iniciou há bastante tempo, que tem várias componentes, nomeadamente a intervenção no parque escolar, necessariamente uma intervenção que nunca estará terminada mas que nós temos vindo a desenvolver no sentido de dar melhores condições físicas às escolas para que os alunos possam ter aulas com melhores condições e qualidade. Destacar a intervenção, entre outras, que está a ser feita na Feira dos 11, nos edifícios do Conde Ferreira e do Pequeno Conde, que são intervenções de grande monta, mas que justificavam porque parte daquelas escolas estavam com condições precárias. Esse conjunto de obras alarga-se também a outras escolas, a outros edifícios, em alguns casos com a colaboração das Associações de Pais. Vai também para além disso, a renovação do equipamento, distribuímos computadores e algum mobiliário em quase todas as escolas do município. Portanto, é um esforço continuado, nunca concluído, mas que tem vindo a ser desenvolvido. Para além disso, estamos quase em condições de iniciar a vistoria final do Centro Escolar de Ul para que no dia 21 ele possa entrar em funcionamento, em plenitude, cumprindo o programa estipulado que são 4 turmas do 1º ciclo e 2 do pré-escolar. Dar conhecimento de que nós temos vindo a desenvolver um trabalho conjunto com os vários parceiros educativos, nomeadamente com os diretores dos agrupamentos de escolas, reunimos com regularidade e vamos reunir na próxima semana, para analisar todo um conjunto de questões entre as quais a questão que o Prof. Manuel Alberto acabou de referir, até porque é uma questão que entra no domínio do respeito da autonomia da escola. Procurando responder a isso, nós determinamos que as AEC's seriam passadas para o agrupamento e que seria, como acontece nos outros agrupamentos, o próprio agrupamento a fazer a gestão das AEC's. O nosso protocolo de subdelegação de competências é muito claro, nós delegamos ao agrupamento e não em nenhuma empresa, nem delegamos na associação de pais, que me parece ser o caso feito pelo Agrupamento de Escolas de Loureiro. É uma questão que está a ser analisada e que vai ser objeto de análise na próxima reunião que vamos ter de ordem permanente, na próxima semana, e veremos também com aqueles que acompanham este processo da realidade desse processo, porque naquilo que temos estipulado é a delegação no agrupamento e não noutra entidade qualquer, nem o agrupamento do ponto de vista organizacional tem competência para subdelegar em mais ninguém, mas é uma questão que terá que ser analisada. São questões que são sempre acompanhadas e que terão de ser tomadas resoluções nesse sentido. Ainda sobre a organização do ano letivo, gostava de dizer que também temos tido reuniões com as Juntas de Freguesias e com as Associações de Pais. Temos percorrido os diferentes agrupamentos, que têm iniciativas relacionadas com a abertura do ano letivo. Gostaria de destacar o encontro de professores e receção aos novos professores que decorreu na Escola Secundária Soares Basto,*

no dia 04 de setembro, e que teve duas componentes fundamentais. Uma, foi a cerimônia que assinala a abertura do ano letivo 2015/2016; e, depois, aquilo que já há alguns anos fazemos, que é o IV Encontro da Educação, que tem uma componente também de formação e que este ano contou com a presença do Prof. Jorge Sequeira que falou sobre a resiliência e como lidar com a adversidade. Foi um momento importante desta recepção aos professores, deste encontro da educação, na medida em que serviu também como um grande fator de motivação positiva para todos os professores que estavam presentes. Lembro que, nós estávamos habituados a um histórico de cerca de 190 professores, a adesão foi de tal ordem que não tivemos capacidade de manter as inscrições abertas para além da data que tínhamos previsto, porque não havia capacidade de acolhimento, o que significa que para o próximo ano temos que estudar logisticamente este encontro. Este encontro, para além da presença do Prof. Jorge Sequeira, também contou com uma formadora na área do yoga do riso e espírito de descontração e, simultaneamente, o convívio entre os diferentes docentes que vão estar a prestar o seu serviço no município de Oliveira de Azeméis. Este encontro culminou com a visita ao Parque Temático Molinológico e a possibilidade de degustar o Pão de Ul e a Regueifa, e, sobretudo, conhecer este espaço como um dos espaços importantes do município de Oliveira de Azeméis. Portanto, foi um dia bastante positivo e de grande impacto junto da comunidade e, em particular, do envolvimento que teve nestes professores que estiveram presentes neste encontro. Deixar também uma referência à realização na Aldeia de Ul, no próximo fim-de-semana, dias 12 e 13 de setembro, do evento “Há Festa na Aldeia” que tem um programa diversificado e que conta com a organização da ADRITEM, em parceria com a Câmara Municipal. Portanto, fica o convite e oxalá o tempo não pregue uma partida para estragar a festa. Podem consultar o programa e os folhetos. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Muito brevemente, queria destacar o título de Campeão da Taça de Portugal da Juventude do nosso Oliveirense João Costa, em Hipismo, com o Cavalo Colina, um jovem que tem ganho muita visibilidade nesta modalidade. Seguido da remodelação que nós conhecemos e considerando que o verão não foi muito estável, dizer que a piscina municipal de La-Salette no mês e meio em que esteve aberta teve mais de dez mil entradas. O espaço tem sido objeto de boas referências, temos também recolhido algumas sugestões e iremos entrar em trabalhos já depois da época balnear, mas dizer-vos que temos tido visitas de quase todo o país àquela instalação. Só dar-vos a conhecer essa referência, porque para além do elevado número de acessos àquele equipamento, temos hoje dados de que gente de todo o país que passa por Oliveira de Azeméis, e fica cá, usufrui do espaço. Dizer que decorre uma exposição dos nossos eventos e dos nossos valores culturais na Loja Interativa do Turismo, onde promovemos dois eventos: “Há Festa na Aldeia” e “Noite Branca”. Para além da promoção da nossa cultura e gastronomia, estamos a promover Oliveira de Azeméis durante esta semana na Loja do Aeroporto. Nesse âmbito, dizer-vos que foi apresentado publicamente o concurso gastronómico “Sabores de Azeméis” onde procuramos, através do título que temos de Terra de Culinária, promover a nossa gastronomia envolvendo todos os oliveirenses, num concurso que permitirá de

*alguma forma revitalizar algumas receitas que estejam escondidas nas gavetas e permitirá também envolver toda a área da restauração, no sentido de encontrar uma receita que identifique um pouco a nossa história e a nossa cultura nesta área. Apelo para que todos os oliveirenses participem e contribuam para esse evento. Dizer-vos também que a Bike Clube Portugal tem contribuído para que o ciclismo nacional seja também lá fora reconhecido. Nós temos acompanhado atentamente o percurso e agora na volta a Valência tivemos surpresas muito grandes. Portanto, parece-me que se começa a ter consciência de que esta aposta da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, numa equipa de Sub 23 tem alguma coerência e nós de alguma forma continuaremos a apoiar estes jovens que levam internacionalmente as cores da nossa cidade. No fim-de-semana de 19 e 20 de setembro, teremos mais uma edição do XCO, o Cross Country de qualificação para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. É uma prova que já é uma referência internacional na modalidade. Vamos querer continuar a contribuir para que os nossos atletas da modalidade possam encontrar aqui um ponto de recolha de pontuação para lhes permitir estar presente nos Jogos Olímpicos, o que já aconteceu. Relembro que a única presença nacional desta modalidade é a de David Rosa e ele conseguiu tirar os 60 pontos que precisava em Oliveira de Azeméis. Ele também não se esquece disso e por isso é uma presença assídua. A par desse evento, teremos cá a realização do Campeonato Nacional de Trial Bike, é o grande encontro dos campeões desta modalidade num torneio que apenas existe uma só vez em Portugal. No dia 19, realizar-se-á mais uma edição da Noite Branca. Não queremos vulgarizar o conceito de Noite Branca. O que está a acontecer pelo país fora é preocupante, eu estou sinceramente a reavaliar este conceito, mas a verdade é que espera-se uma grande noite para Oliveira de Azeméis. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: A primeira questão foi colocada pelo Senhor Vereador Helder Simões e tem a ver com uma matéria que nos preocupa naturalmente, que nalgumas circunstâncias não depende só de nós, depende da autorização especial das Estradas de Portugal, tem a ver com a sinalética para as unidades hoteleiras e de restauração. Eu posso dizer que já tive que guiar pessoas para a Casa da Dinha, mandei-as ir para o campo de futebol e depois daí explicar onde é a Casa da Dinha. É verdade que a Casa da Dinha e outros investimentos em curso precisam de sinalética. Há um processo em curso de sinalética a desenvolver na Câmara Municipal. Temos um problema que nos é reportado insistentemente por pessoas de fora e que tem a ver com a chegada ao Hotel Dighton, por exemplo, e a impossibilidade de subir do Largo Luís de Camões para o Hotel Dighton. Quem não conhecer vê o hotel mas depois demora imenso tempo a chegar ao hotel. Nós chegamos de olhos fechados, mas quem optar pelo GPS corre o risco de ir a Loureiro, porque o Hotel é na Rua Albino dos Reis e o GPS manda para a Rua Albino dos Reis de Loureiro. Portanto, esta questão colocada faz todo o sentido e compete a nós criar as condições para a sinalética destes espaços que ajudam a promover Oliveira de Azeméis e a dinamizar a nossa economia. A sinalética do Vale do Rio, foi toda ela aprovada, licenciada e paga pelo hotel. Houve um processo de licenciamento, porque ocupa estradas nacionais e aí o licenciamento é feito pelas Estradas de Portugal. Quanto à questão das denúncias, quando as denúncias*

*chegam, independentemente de virem identificadas ou anónimas, temos um princípio que é não as colocarmos no balde do lixo, ou seja, têm sempre seguimento. Deixe-me dar-lhe nota que nesse caso concreto eu pedi aos serviços para fazer um relatório sobre a matéria e pedi ao Dr. Mário Jorge para o fazer. Tanto quanto sei a denúncia chegou esta semana à minha mão, pelo menos no meu email, e eu despachei para o Dr. Mário Jorge apurar e fazer relatório. Sabe que às vezes há trabalhos extraordinários e quando nós pedimos sistematicamente às empresas para o fazer as empresas começam a dizer que não está no contrato. Já tivemos essa situação também com a SUMA, situações pontuais, mas sobre essa matéria deixe-me recolher todos os elementos e depois falamos sobre ela. Eu tenho falado com o Prof. Isidro Figueiredo sobre esta matéria e eu não sei como havemos de fazer, se pedir um maior apoio das freguesias ou não. Eu vou dar um exemplo de denúncias que chegam. O vizinho do lado vê e sabe o circuito da recolha do lixo e concilia o corte da relva do seu jardim com o dia da recolha do lixo. O camião passa, o funcionário descarrega o contentor, mete o contentor no sítio e passado trinta segundos o contentor está cheio de relva e como sabe não se pode colocar relva no contentor. O vizinho do lado faz uma queixa e diz que a empresa do lixo não faz a recolha do lixo, o contentor está cheio e que a câmara não liga nada, quando é o vizinho do lado... Eu quero dizer-vos que já vi uma situação destas a acontecer, porque estava sempre a receber uma denúncia do mesmo sítio, quis ir ver, esperei e vi tudo a acontecer conforme estava a ser descrito, ou seja, o camião arranca e o saco preto da relva passado trinta segundos atesta o contentor. A limpeza nesse sítio é feita dois dias depois e portanto ninguém tem mais sítio para o lixo. Em vez de se resolver isto na rua com o vizinho, não, faz-se uma queixa, uma denúncia e a culpa é da câmara, porque a câmara tem que pôr lá mais um contentor. Já conversei isto com os Presidentes de Junta e se calhar teremos que fazer uma campanha de prevenção, porque não podemos ter lá a polícia à espera, nem o livro das multas. Não é assim que faz sentido, mas também precisamos de algum tipo de pedagogia nesta matéria e esta situação das relvas é uma situação insistente. Dar nota que a previsão de ter muita gente na conferência com o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa era grande e o Rotary, com muitos sócios que achavam que devia ir para outro espaço, decidiu manter o espaço para manter e cumprir com o protocolo celebrado com a Câmara. Entenderam que aquele espaço era o espaço onde se devia fazer, pelo que optaram pela biblioteca. Foi um serão bem passado, como será seguramente o próximo que terá como convidado o Prof. Jorge Gonçalves, que é o mais recente Comendador do concelho de Oliveira de Azeméis. É professor universitário, foi recentemente distinguido pela freguesia de São Roque e irá falar sobre o “Admirável Mundo Novo”. Quando ao Senhor Vereador Manuel Alberto Pereira, na viagem pedonal que fizemos já tínhamos vindo a falar sobre isto. Eu tive a oportunidade de falar com a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria e na sequência da última reunião que nós tivemos com o Eng.º Santos Costa eu falei-lhe desta situação, dando nota do que se passou na reunião de Câmara. Não é desculpa e também acho isto intolerável, a ser efetivamente como as pessoas dizem, que há descargas da ETAR quando investimos milhões numa ETAR, é para acontecer tudo menos isto. Vamos aguardar pela próxima reunião da Associação de Municípios,*

que está prevista fazer-se. Eu pedi ao Eng.º Santos Costa para me mostrar os parâmetros da Luságua e os parâmetros de uma amostra externa que foi pedida e já foi feita. A Luságua, partilhando convosco, diz: “então mas nós tratamos bem em Santiago e tratamos mal em Ossela? Nós tratamos bem em todo o lado” dizem eles. Mas o que é certo é que as situações no Caima são frequentes e, repito, para além das questões ambientais, há um investimento avultado de um privado e um investimento público na requalificação das margens do Caima e há que ter uma atitude de intransigência relativamente a esta matéria. Esta situação está a ser acompanhada. Relativamente às AEC’s, o Prof. Isidro já falou sobre essa situação e portanto, haverá uma reunião para a semana, sobre essa matéria e será resolvido. Aproveito para vos convidar para o evento “Há Festa na Aldeia”, esperando que o tempo ajude, sendo certo que tem sempre havido uns pingos de chuva na festa, com mais ou menos intensidade, mas os últimos dados não são animadores para o próximo fim-de-semana. Uma última nota sobre a intervenção do Vereador Pedro Marques. Nesta edição dos “Sabores de Azeméis” haverá dois concursos, um concurso para amadores e outro concurso para os restaurantes do concelho. Esperamos uma grande participação, não tanto pela competição, mas pela importância de descobrir coisas que já estão arrumadas e que só as avozinhas é que sabem. Um bom exemplo, é a Dona Isabel Maria Calejo que gosta de partilhar com todos as coisas que aprendeu e até ela própria já lançou um livro de receitas, mas há seguramente mais exemplos destes. Escolhemos um júri e fomos buscar o Chefe Cordeiro, uma pessoa mediática que está nos concursos televisivos e que já andou por Oliveira de Azeméis, já fez um tour pelas Tascas de Oliveira de Azeméis, sozinho, porque se avisa alguém e se combina com alguém nunca é original. Nesse dia vai, come, paga a conta e vem embora. Disse que tem sido agradavelmente surpreendido nalguns sítios. Disse que tem um enorme potencial e, uma vez mais, as pessoas ficam admiradas com a qualidade do Pão-de-Úl. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias vinte e sete do passado mês de agosto e nove do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== **PESSOAL** =====

===== **CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DE COMPETÊNCIAS DE GESTÃO DE SISTEMAS DA QUALIDADE E DE INOVAÇÃO ADMINISTRATIVA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/69654/2015)**: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: · A cessação da comissão de serviço da Chefe de Divisão Municipal de Sistemas de Qualidade e Inovação administrativa, Eng.<sup>a</sup> Paula Cristina Santos Oliveira, em 03 de setembro do corrente ano; · Que os trabalhadores da referida Divisão passarão a integrar a Equipa Multidisciplinar de Gestão e Administração Geral de Projetos Autárquicos, afeta ao **Núcleo de Competências de Gestão de Sistemas da Qualidade e de Inovação Administrativa**; · A designação, em 04 de setembro de 2015, da Eng.<sup>a</sup> Paula Cristina Santos Oliveira como Responsável Geral do referido Núcleo e do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), proponho: Ao abrigo do art.º 164º do Código do Procedimento administrativo, a ratificação do meu despacho de 03 de setembro de 2015, quanto à constituição do Núcleo de Competências de Gestão de Sistemas da Qualidade e de Inovação Administrativa, integrada na referida equipa, com efeitos a 04 de setembro do corrente ano.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com a abstenção do Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **RATIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DAS UNIDADES ORGÂNICAS ATRIBUÍDAS PELO MEMBRO DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE QUE DEPENDEM (SIADAPI) RELATIVAMENTE AO ANO DE 2014 (I/69879/2015)**: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com o art.º 7º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro que adaptou aos serviços da administração autárquica o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, “**A avaliação do desempenho das unidades orgânicas é efetuada anualmente, em articulação com o ciclo de gestão do município e abrange as unidades orgânicas que dependam diretamente dos membros do órgão executivo respetivo.**”; - Nos termos do art.º 8º do mesmo diploma: “1 - A avaliação do desempenho das unidades orgânicas realiza-se com base nos seguintes parâmetros: a) «Objetivos de eficácia», entendida como medida em que uma unidade orgânica atinge os seus objetivos e obtém ou ultrapassa os resultados esperados; b) «Objetivos de eficiência», enquanto relação entre os bens produzidos e serviços prestados e os recursos utilizados; c) «Objetivos de qualidade», traduzida como o conjunto de propriedades e características de bens ou serviços que lhes conferem aptidão para satisfazer necessidades explícitas ou implícitas dos utilizadores.(...) 3 - Para avaliação dos resultados obtidos em cada objetivo são estabelecidos os seguintes níveis de graduação: a) Superou o objetivo; b) Atingiu o objetivo; c) Não atingiu o objetivo.” (...) - De acordo com o estipulado no art.º 10º, **a unidade orgânica deve apresentar, até 15 de Abril do ano seguinte ao que refere, um relatório do desempenho ao membro do executivo de que dependa, evidenciado os resultados alcançados e os desvios verificados, tendo em conta os objetivos anualmente fixados, sendo acompanhado da**



seguinte informação: a) *Apreciação da quantidade e qualidade dos serviços prestados, por parte dos utilizadores, com destaque quando se trate de unidades prestadoras de serviços a utilizadores externos;* b) *As causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes;* c) *As medidas que devem ser tomadas para um reforço positivo do seu desempenho, evidenciando as condicionantes que afetem os resultados a atingir;* d) *A audição dos trabalhadores na autoavaliação dos serviços;* - *A avaliação final do desempenho das unidades orgânicas é expressa qualitativamente pelas seguintes menções: a) Desempenho bom, atingiu todos os objetivos, superando alguns;* b) *Desempenho satisfatório, atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes;* c) *Desempenho insuficiente, não atingiu os objetivos mais relevantes.* - *Pelo art.º 12º do diploma, em cada município podem ser selecionadas as unidades orgânicas que se distinguiram no seu desempenho para a atribuição do “Desempenho Excelente” até 20 % do conjunto das unidades orgânicas. A atribuição da distinção de mérito assenta na justificação circunstanciada, designadamente por motivos relacionados com: a) Evolução positiva e significativa dos resultados obtidos pela unidade orgânica em comparação com anos anteriores;* b) *Excelência dos resultados obtidos demonstrada, designadamente, por comparação com os resultados obtidos pelas restantes unidades orgânicas;* c) *Manutenção do nível de excelência antes atingido, se possível com a demonstração referida na alínea anterior.* - *De acordo com o n.º 3 do mesmo artigo, “Compete, em cada município à respetiva câmara municipal atribuir a distinção Desempenho excelente, assim como ratificar a avaliação das unidades orgânicas atribuídas pelo membro do órgão executivo de que dependam.” - Os membros do Órgão Executivo procederam à avaliação do desempenho das Unidades Orgânicas relativamente a 2014, constantes da listagem e fichas de avaliação das Unidades Orgânicas – SIADAP 1, documentos estes que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas, proponho: Em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 12º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, a ratificação das propostas de avaliação das seguintes Unidades Orgânicas, diretamente dependentes do Executivo:*

<b>UNIDADES ORGÂNICAS</b>	<b>PROPOSTAS DE AVALIAÇÃO</b>
<i>Equipa Multidisciplinar de Estudos e Apoio ao Licenciamento e Desenvolvimento Atividades Económicas (Equiparado a UOCF 3º)</i>	<i>Desempenho Bom</i>
<i>Equipa Multidisciplinar de Gestão e Administração Geral de Projetos Autárquicos</i>	<i>Desempenho Bom</i>
<i>Departamento Municipal de Obras, Manutenção, Mobilidade, Transportes e Energia</i>	<i>Desempenho Satisfatório</i>
<i>Divisão Municipal de Atendimento ao Município</i>	<i>Desempenho Bom</i>
<i>Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos</i>	<i>Desempenho Bom</i>
<i>Divisão Municipal de Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação</i>	<i>Desempenho Bom</i>
<i>Divisão Municipal de Sistemas de Qualidade e Inovação Administrativa</i>	<i>Desempenho Bom</i>
<i>Divisão Municipal Económica e Financeira</i>	<i>Desempenho Satisfatório</i>
<i>Divisão Municipal de Contabilidade e Património</i>	<i>Desempenho Bom</i>
<i>Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente</i>	<i>Desempenho Satisfatório</i>

<i>Divisão Municipal de Ação Social</i>	<i>Desempenho Bom</i>
<i>Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e de Contencioso – UOCF 3º</i>	<i>Desempenho Bom</i>

*Nos termos constantes das fichas anexas. Que posteriormente, se torne pública, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, em cumprimento do determinado no art.º 26º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, conjugado com o disposto na alínea i) do art.º 5º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.” O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Nós não temos condições objetivas para avaliar, não estamos a acompanhar o dia-a-dia destes serviços, pelo que nos vamos abster. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro abstenções dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **EDUCACÃO** =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM AS IPSS'S PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (I/70226/2015):** Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições das Autarquias Locais em matéria de educação e ação social escolar; - O estabelecido no Decreto-Lei nº 399-A/84 de 28 de Dezembro, bem como o Programa de Generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico; - Que o Programa de Enriquecimento Curricular para os alunos do 1º ciclo do ensino básico, no contexto em que é criado obriga a uma permanência prolongada dos alunos nos estabelecimentos de ensino; - Que as instituições existentes junto dos estabelecimentos escolares concretizam e asseguram o princípio da subsidiariedade, criando condições de prosseguir com melhor eficácia a satisfação das necessidades das populações; Que as instituições existentes junto dos estabelecimentos escolares concretizam e asseguram o princípio da subsidiariedade criando condições de prosseguir com melhor eficácia a satisfação das necessidades da população estudantil; - Que **as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)**, são instituições constituídas sem fins lucrativos, por iniciativa privada, e têm por objetivo essencial facultar respostas de ação social, através da concessão de bens e da prestação de serviços, nomeadamente apoio a crianças, jovens e famílias (Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro); - Que as **IPSS`s integram a economia social** (art.º 4º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio); - A experiência, missão, competências e capacidade já instalada nestas instituições, designadamente em termos materiais, humanos e de equipamentos e a possibilidade de, em cooperação/colaboração com o Município se proceder ao desenvolvimento das atividades complementares à ação educativa, **proponho:** - A aprovação das minutas dos Protocolos de Colaboração a celebrar com Centro de Apoio Lar Pinto de Carvalho; Associação de Solidariedade Social de Travanca; Obra Social de S. Martinho da Gândara; Centro Paroquial de ST. André; Misericórdia de Cucujães; Centros Cultural Recreativos de Carregosa

e Pindelo e Centro Infantil de S. Roque, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo da alínea alínea hh) do n.º1 do art.º 33º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; (Compromissos de fundo disponível n.ºs 3293; 3294; 3295; 3296; 3297; 3298; 3299; 3300/2015, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho). - Que se submeta as mesmas à Assembleia Municipal.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. ==

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE AZAGÃES, FUTSAL CLUBE DE AZEMÉIS, GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DE OSSELA E PARC - PINDELO ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL (I/47336/2015):** Retirado para melhor análise. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM O FUTEBOL CLUBE CESARENSE (I/67334/2015):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Incumbe às Autarquias Locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos – n.º 1, art.º 6º, da Lei 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto); - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46º (Apoios Financeiros), daquele diploma legal ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” Proponho: - A aprovação da minuta de contrato-programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Futebol Clube Cesarense, ao abrigo das alíneas o) e u), n.º1, art.º 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Os encargos resultantes do contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 3236/2015, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/70160/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda

Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos e Ações Sócio-Habitacionais, em que da análise social dos requerimentos de apoio ao arrendamento, se verifica que reúnem os requisitos necessários para beneficiarem do apoio, propõe-se o seguinte: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a atribuição de um apoio económico mensal com início no mês de setembro de 2015, em conformidade com o quadro abaixo:

Nome	Freguesia	Nº Contribuinte	Valor Apoio	N.º EPEF	N.º CFD
Ana Sofia Pinho da Conceição	O. Azeméis	204 738 318	€ 50	1697	3279
Sandra Paula de Jesus Almeida Alves	O. Azeméis	211 683 884	€ 112,50	1698	3280
Ana Cláudia Silva de Noronha Amorim	O. Azeméis	229 669 670	€ 80	1699	3281
Aurora Moreira Guimarães	Cucujães	174 034 040	€ 80	1700	3282
Sónia Maria Portal dos Santos Paiva	S. Roque	207 867 585	€ 52,50	1701	3283
Maria da Conceição de Pinho	Cucujães	208 420 525	€ 52,50	1702	3284
Sandra Cristina da Silva Lavoura	Cucujães	203 663 438	€ 52,50	1703	3285

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE RENOVACÃO E REAJUSTAMENTO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/70190/2015):**

Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, relativa à renovação dos pedidos de apoio ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a renovação dos apoios, em conformidade com o quadro abaixo, que integra os respetivos números de compromisso de fundo disponível:

Nome	Nº Contribuinte	Valor Apoio	Valor da Renovação	Mês de Renovação	N.º CFD
Maria Guilhermina Silva Soares	116 641 649	€ 70	€ 70	Junho	338
Anabela da Silva Ferreira Lima	190 176 482	€ 52,50	€ 37,50	Julho	208
Armando da Costa Santos	146 020 634	€ 67,50	€ 67,50	Setembro	220
Helder Eduardo Silva Lameiras	216 807 301	€ 90	€ 90	Setembro	266
Alda Ressurreição Silva	171 837 967	€ 40	€ 40	Setembro	187
Ana Estela Lopes Caseirito de Abreu	219 928 460	€ 52,50	€ 52,50	Setembro	198

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE CESSAÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/70189/2015):**

Pela Vereadora Dra. Gracinda

*Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, no âmbito da cessação dos apoios ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a cessação dos seguintes apoios: - Por motivos de incumprimento verificado no âmbito do acompanhamento à situação: António da Conceição, com efeitos a partir do mês de abril de 2015, tendo sido em tempo providenciado o não processamento do apoio respeitante a este mês; - Por já não cumprir os requisitos regulamentares para beneficiar do apoio: Pedro Miguel Barbosa Ferreira da Silva, com efeitos a partir do mês de julho de 2015, tendo sido em tempo providenciado o não pagamento do apoio respeitante a este mês.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (DELEGACÃO DE CUCUJÃES) (I/70335/2015):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A criação recente de um segundo Gabinete de Inserção Profissional (GIP) para o Município de Oliveira de Azeméis, em resultado de candidatura apresentada pelo Município nos termos da Portaria n.º 140/2015, de 20 de maio, a qual obteve a decisão de aprovação (candidatura n.º 922038 e respetivo Contrato de Objetivos celebrado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, em 29.07.2015); - A necessidade de estabelecer um protocolo com a entidade que já consta da candidatura em apreço, a Delegação da CVP de Cucujães, a qual se disponibilizou no apoio a esta iniciativa, nomeadamente ao nível da cedência do espaço para o funcionamento deste GIP, definindo e regulando desta forma a colaboração desta entidade neste processo, propõe-se: - Ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da minuta do Protocolo de Cooperação, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com a Delegação da CVP de Cucujães, no âmbito da candidatura em apreço; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25º do mesmo diploma. Compromisso Fundo Disponível n.º 3310/2015” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, retificando-se o valor atribuído com um acréscimo de €0,10 (dez cêntimos). =====*

**===== DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO =====**

**===== NOITE BRANCA 2015 – AUTORIZAÇÃO DO ALARGAMENTO EXCEPCIONAL DIÁRIO DOS ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS (I/70029/2015):** *Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com o DL. n.º 48/96 de 15 de maio, alterado pelos decretos-lei n.º 126/96 de 10 de agosto, 111/2010 de 15 de outubro, 48/2011 de 01 de abril e 10/2015 de 16 de janeiro e do*

*Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de serviços, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido, bem como podem os estabelecimentos comerciais onde se realizem festas populares, manter-se em funcionamento enquanto durarem as festividades; - O evento denominado Noite Branca – 2015 irá realizar-se no dia 19/09/2015 das 20h até às 05h da madrugada do dia 20/09/2015, nomeadamente, sendo de organização do município, no sentido de promover o comércio local com a realização atividades e animação nas seguintes ruas: Rua Bento Carqueja; Largo da República; Praça José da Costa; Rua do Emigrante; Rua António José Basto; Rua António Alegria; Rua Dr. Miguel Castro; Rua do Cruzeiro; Rua Ernesto Soares dos Reis; Praça da Cidade e Rua Artur Correia Barbosa. – Foi solicitado parecer à GNR, União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e DECO sobre o alargamento excecional do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais que se encontrem na área de intervenção do evento bem como os que se encontrem no centro urbano no sentido de funcionarem, excecionalmente, no dia 19/09 até às 05 horas da madrugada do dia 20/09/2015. Pelo exposto submete-se a deliberação camarária a proposta de autorização do alargamento excecional do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais que se encontrem quer na área de intervenção do evento quer os que se encontrem no centro urbano, do dia 19/09 até às 05 horas do dia 20/09/2015.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **AUTORIZAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA MARIA – AMTSM (I/70336/2015)**; Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a Deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as Transferências a efetuar para comparticipação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: Fatura nº 122/2015: 5.257,95€ - Transferências Correntes - STAR (2/18) Sistema de Tratamento de Águas Residuais; Fatura nº 125/2015: 2.779,23€ - Transferências de Correntes de Julho de 2015; Fatura nº 130/2015: 2.227,55€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Julho de 2015; Fatura nº 147/2015: 5.257,95€ - Transferências Correntes - STAR (3/18) Sistema de Tratamento de Águas Residuais. Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromissos de fundo disponíveis os nºs 3291 e 3292, conforme determina a Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **REDUÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA CASAS**

**COM FILHOS:** Pelos Vereadores do Partido Socialista, foi apresentada a seguinte proposta:

“Considerando: - O aditamento ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, efetuado através da aprovação do artigo 213º da Lei nº 82-8/2014, de 31 de Dezembro (Lei Orçamento Estado / 2015); - O teor do ofício circulado n.º 40110 de 21.07.2015 da Autoridade Tributária, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, os Vereadores do Partido Socialista propõem que: - A autarquia delibere a aprovação das reduções ao Imposto Municipal sobre Imóveis constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2015.” Esta proposta foi retirada e será novamente agendada na reunião de Câmara de 24 de setembro. =====

===== **OUTROS** =====

===== **CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO “CAMINHOS DE FÁTIMA” –**

**PROPOSTA:** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O Município de Oliveira de Azeméis é um dos 14 municípios que tem vindo a participar no projeto "Caminhos de Fátima", através do qual foi realizado um estudo de itinerários alternativos aos principais traçados rodoviários, no percurso Gaia - Fátima, para incremento da segurança e melhoria das condições de fruição turística e cultural de todos aqueles que, aos milhares, todos os anos os percorrem a pé; - No âmbito daquele projeto, e com vista à criação de um troço oficial para peregrinos a pé entre Gaia e Fátima, se afigurou fundamental a criação de uma Associação que pudesse assumir os trabalhos de integração e coordenação dos vários desafios que se apresentam, bem como acolher todas as entidades públicas e todas as pessoas jurídicas privadas que contribuam para a sua prossecução; - Esta Associação terá como desígnios fundamentais: 1) O fomento e a defesa dos Caminhos de Fátima em todas as suas dimensões; 2) A ajuda ao peregrino e/ou caminhante; 3) A defesa e promoção do património cultural dos Caminhos de Fátima; - Nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial local e das Participações Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, adiante designado RJAEL, as associações de direito privado constituídas por municípios devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se nas suas atribuições; - Constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos Interesses próprios das respetivas populações, dispendo aqueles de atribuições, designada mente, nos domínios dos transportes e comunicações, da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território (cfr n.º 1 e alíneas c), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro); - A melhoria das condições de peregrinação a pé até ao Santuário de Fátima, em termos de segurança, conforto e apoio, afastando os peregrinos das estradas e itinerários nacionais com grande movimentação de trânsito automóvel, se traduz, inequivocamente, num projeto de relevante interesse público local, dada a responsabilidade de planeamento e gestão territorial que sobre os municípios

*impende; - É determinante iniciar os procedimentos de formalização da Associação (que passam, pela aprovação da sua constituição e dos respetivos Estatutos); - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 3 do artigo 56.º, ambos do RJAEL, e da alínea n) do n.º 1 do artigo 252 do Regime Jurídico das Autarquias locais, compete ao órgão Assembleia Municipal, sob proposta do órgão Câmara Municipal, deliberar sobre a constituição de uma associação de direito privado; - Nos termos do n.º 2 do artigo 53º, por remissão do n.º 3 do artigo 56º, ambos do RJAEL, a deliberação de constituição de uma associação deve observar o cumprimento dos procedimentos previstos na lei, aplicando-se o disposto no artigo 32º; - O n.º 5 do artigo 32º do RJAEL estatui que os projetos de estatutos e demais elementos de instrução existentes, acompanham as propostas de constituição, devendo ser objeto de apreciação e deliberação pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo (cfr. artigo 22.º); Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de: a) Apresentar proposta de constituição da Associação “Caminhos de Fátima” à Assembleia Municipal para aprovação; b) Fazer acompanhar tal proposta do projeto de Estatutos da referida Associação, para apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal; c) Aprovar a delegação no Presidente da Câmara Municipal de Pombal, dos poderes para a remessa dos estatutos para o Tribunal de Contas para obtenção do necessário visto prévio.” O Senhor Presidente disse: Há uma corrente muito forte no norte e no centro do país, nomeadamente em Pombal, para criar os Caminhos de Fátima, por várias razões: primeiro, tirar as pessoas das estradas, nomeadamente IC2 e Estrada Nacional 1, que é onde normalmente onde as pessoas são atropeladas e onde há acidentes mortais; segundo, há uma outra questão que é a vertente de levar as pessoas a passar por outros sítios e a promoção de territórios. Isto é em grosso modo a situação que levou ao nascimento desta questão. A dona da ideia é a Dra. Cristina Azevedo, que foi Vice-Presidente da CCDR-N. Reuniu com os municípios, convenceu o Governo de que era importante ter financiamento comunitário e para isto ter financiamento comunitário tem que haver alguém que possa fazer uma candidatura a fundos comunitários. A solução que a Dra. Cristina Azevedo e alguns juristas apresentaram foi a constituição de um grupo de municípios, uma associação de municípios que pudesse depois ela fazer a candidatura a fundos comunitários. Quem estiver nesta associação, a haver fundos comunitários, a haver candidatura aprovada para fazer os tais Caminhos de Fátima recebe participação para a requalificação de alguns caminhos que não estão bons, construção de uns muros, é mais ou menos para isso. Basicamente o que é eu trago à reunião de Câmara é para dizer se nós podemos aderir ou não podemos aderir aos Caminhos de Fátima. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Eu não questiono, e acho que ninguém à volta desta mesa questiona, a necessidade de se pensar nessas soluções pelas questões da sinistralidade e do conforto que está inerente a isso. Acho uma brutalidade esta quota, sinceramente. Acho que se a ideia é encontrar aqui um instrumento jurídico que permita a candidatura nada contra, não se deve perder a oportunidade, agora parece-me um disparate este valor. Se a ideia é fazer a candidatura, então façamos aqui uma proposta simpática, porque isto vai custar à Câmara Municipal mais de*



€3000 (três mil euros) só em quota. O Senhor Presidente disse: Eu aceito essa sua recomendação em relação à quota, faço um parágrafo a dizer que foi analisado e que foi decidido aderir, mas que o município acha o valor da quota elevado. Fica esta recomendação. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, aguardando-se os ulteriores trâmites do processo. Mais foi deliberado remete-la à Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====

===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº 3 e para efeitos do disposto no nº 4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº 4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,  
, na qualidade de secretária a redigi. =====